



303 – CONTADOR

LÍNGUA PORTUGUESA

Tatuapé. O caminho do Tatu

Daniel Munduruku
07 de agosto de 2023

Uma das mais intrigantes invenções humanas é o metrô. Não digo que seja intrigante para o homem comum, acostumado com os avanços tecnológicos. Penso no homem da floresta, acostumado com o silêncio da mata, com o canto dos pássaros ou com a paciência constante do rio que segue seu fluxo rumo ao mar. Penso nos povos da floresta.

Os índios sempre ficam encantados com a agilidade do grande tatu metálico. Lembro de mim mesmo quando cheguei a São Paulo. Ficava muito tempo atrás desse tatu, apenas para observar o caminho que ele fazia.

O tatu da floresta tem uma característica muito interessante: ele corre para sua toca quando se vê acuado pelos seus predadores. É uma forma de escapar ao ataque deles. Mas isso é o instinto de sobrevivência. Quem vive na floresta sabe, bem lá dentro de si, que não pode se permitir andar desatento, pois corre um sério perigo de não ter amanhã.

O tatu metálico da cidade não tem esse medo. É ele que faz o seu caminho, mostra a direção, rasga os trilhos como quem desbrava. É ele que segue levando pessoas para os seus destinos. Alguns sofrem com a sua chegada, outros sofrem com a sua partida.

Voltei a pensar no tatu da floresta, que desconhece o próprio destino mas sabe aonde quer chegar.

Pensei também no tempo de antigamente, quando o Tatuapé era um lugar de caça ao tatu. Índios caçadores entravam em sua mata apenas para saber onde estavam as pegadas do animal. Depois eles ficavam à espreita daquele parente, aguardando pacientemente sua manifestação. Nessa hora — quando o tatu saía da toca — eles o pegavam e faziam um suculento assado que iria alimentar os famintos caçadores.

Voltei a pensar no tatu da cidade, que não pode servir de alimento, mas é usado como transporte, para a maioria das pessoas poder encontrar o seu próprio alimento. Andando no metrô que seguia rumo ao Tatuapé, fiquei mirando os prédios que ele cortava como se fossem árvores gigantes de concreto. Naquele itinerário eu ia buscando algum resquício das antigas civilizações que habitaram aquele vale. Encontrei apenas urubus que sobrevoavam o trem que, por sua vez, cortava o coração da Mãe Terra como uma lâmina afiada. Vi pombos e pombas voando livremente entre as estações. Vi um gavião

que voava indiferente por entre os prédios. Não vi nenhum tatu e isso me fez sentir saudades de um tempo em que a natureza imperava nesse pedaço de São Paulo habitado por índios Puris. Senti saudades de um ontem impossível de se tornar hoje novamente.

Pensando nisso deixei o trem me levar entre Itaquera e o Anhangabaú. Precisava levar minha alma ao princípio de tudo.

In: *Crônicas de São Paulo: um olhar indígena*. Callis Editora, 2ª edição, 2010, pp,15-17.

01) Analisando o texto a partir de uma leitura atenta, pode-se afirmar, EXCETO:

(A) Ao longo de todo o texto é possível notar a presença da voz do cronista a partir de suas reflexões e observações acerca da avançada tecnologia do metrô paulista se comparada à realidade denominada, pelo autor, como a dos “homens da floresta”. Apesar de reconhecer a tecnologia do trem, fica claro o saudosismo do cronista quanto aos tempos em que os índios habitavam as regiões de São Paulo que ele acompanha do metrô.

(B) A construção textual ocorre a partir de uma relação comparativa entre o tatu animal e o metrô paulista. De acordo com o cronista, ambos são fontes de sustento para os homens, entretanto o tatu da floresta se esconde dos predadores e desconhece seu destino enquanto o “tatu da cidade” cruza as localidades geográficas e guia as pessoas aos seus destinos particulares.

(C) Ao utilizar diferentes tempos verbais ao longo da crônica, iniciando com o presente, depois com o pretérito e por último com a ideia de gerúndio (no parágrafo final), o cronista desenvolve a temporalidade do texto e reforça que seus pensamentos iam se desenvolvendo conforme o “andar” do trem.

(D) Após refletir, junto do movimento do metrô, sobre as antigas civilizações que habitavam o vale por onde o trem passa hoje, o cronista conclui que há ainda referências em comum com os tempos antigos, como os urubus, pombos e pombas, gaviões, prédios como árvores etc. Ainda que, ao final, a ideia da saudade esteja presente, o cronista reforça que o metrô é indispensável para a sobrevivência de muitas pessoas, como o tatu era para os índios, e faz referência aos nomes das regiões para destacar o fato de que ainda se trata de uma terra “indígena” na cidade, a qual ainda pode ser revisitada.

02) “Mas isso é o instinto de sobrevivência.” (3º parágrafo)

O pronome presente na frase acima:

- (A) Antecipa o que será dito no período subsequente ao que se encontra.
- (B) Retoma o que foi dito após os dois-pontos no primeiro período do mesmo parágrafo.
- (C) Antecipa “É ele que faz o seu caminho, mostra a direção, rasga os trilhos como quem desbrava.” (4º parágrafo)
- (D) Refere-se a “Ficava muito tempo atrás desse tatu, apenas para observar o caminho que ele fazia.” (2º parágrafo)

03) Em “Os índios sempre ficam encantados com a agilidade do grande tatu metálico.” (2º parágrafo), a figura de linguagem empregada no trecho em destaque é:

- (A) metonímia
- (B) catacrese
- (C) metáfora
- (D) antonomásia

04) Quanto às formas verbais destacadas nos fragmentos abaixo, assinale a opção com a consideração INCORRETA.

“seja intrigante para o homem comum” (1º parágrafo)

“se fossem árvores gigantes” (7º parágrafo)

“segue levando pessoas” (4º parágrafo)

“era um lugar” (6º parágrafo)

- (A) “seja” está empregado no modo imperativo afirmativo.
- (B) “fossem” se encontra no pretérito imperfeito do modo subjuntivo.
- (C) “segue” está conjugado no presente do modo indicativo.
- (D) “era” está flexionado no pretérito imperfeito do modo indicativo.

05) “se permitir andar desatento” (3º parágrafo)

“se fossem árvores” (7º parágrafo)

Quanto à palavra SE nos fragmentos acima, indique a única opção CORRETA.

- (A) No primeiro caso, o “SE” indica que a ação do sujeito reflete nele próprio, enquanto, no segundo, o “SE” integra uma locução com efeito comparativo.
- (B) Nos dois casos, o “SE” indetermina o sujeito da oração.
- (C) No primeiro caso, o “SE”, ao se unir ao verbo, forma a voz passiva, enquanto, no segundo, o “SE” é uma conjunção que introduz uma oração substantiva.
- (D) Nos dois casos, o “SE” indica reciprocidade.

06) “eles ficavam à espreita daquele parente” (6º parágrafo)

No que diz respeito à ocorrência da crase, a palavra grifada foi acentuada:

- (A) por consistir na junção de uma preposição “a” com artigo definido “a”.
- (B) por vir antes de uma palavra masculina, com uma palavra feminina subentendida.
- (C) por vir antes de uma palavra de sentido indefinido.
- (D) por se tratar de uma locução adverbial formada por palavra feminina.

07) “algum resquício das antigas civilizações” (7º parágrafo)

Qual das seguintes palavras não poderia substituir, sem alteração de sentido, a palavra destacada?

- (A) indício
- (B) laivo
- (C) encômio
- (D) vestígio

08) “Senti saudades de um ontem impossível” (7º parágrafo)

A palavra sublinhada no trecho retirado do texto, no contexto em que se encontra, exerce papel de um:

- (A) advérbio, pois está ligado ao adjetivo “impossível”.
- (B) substantivo, pois dá nome a um tempo passado.
- (C) adjetivo, pois caracteriza um substantivo.
- (D) pronome, pois substitui um substantivo.

09) As palavras “saía” (6º parágrafo) e “Anhangabaú” (último parágrafo) foram acentuadas segundo a regra dos “i” e “u”, quando representam a segunda vogal tônica de um hiato; conforme esta regra, todas as opções abaixo devem ser acentuadas graficamente, com EXCEÇÃO de:

- (A) Saude
- (B) Tuiuiu
- (C) Raiz
- (D) Piaui

10) Todas as orações abaixo têm valor de adjetivo, EXCETO.

- (A) “que seja intrigante para o homem comum” (1º parágrafo)
- (B) “que segue seu fluxo rumo ao mar” (1º parágrafo)
- (C) “que segue” (4º parágrafo)
- (D) “que desconhece o próprio destino” (5º parágrafo)

CONHECIMENTOS DE LEGISLAÇÃO (ESTATUTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)

11) Em se tratando da investidura em cargo público, nos termos do Estatuto dos Servidores do Município de Rio Bonito/RJ, pode-se afirmar que está INCORRETA a seguinte opção:

- (A) É defesa a admissão de estrangeiros no serviço público.
- (B) As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.
- (C) A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.
- (D) A nomeação é uma das formas de provimento em cargo público.

12) A Lei Municipal de Rio Bonito nº 1822 de 10 de janeiro de 2013 dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos desse Município. Marque a opção INCORRETA sobre a aplicabilidade desse Estatuto.

(A) Essa Lei dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Bonito, compreendidos os servidores do Poder Executivo e do Poder Legislativo, das autarquias e das fundações públicas do Município.

(B) Essa Lei dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Bonito, compreendidos os servidores Públicos da Administração direta e os servidores Públicos da Administração indireta, desde que servidores de pessoa jurídica de direito público.

(C) Essa Lei dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Bonito, compreendidos os servidores do Poder Executivo e do Poder Legislativo, das autarquias e das fundações e empresas públicas do Município.

(D) Para os efeitos dessa Lei, são servidores públicos aqueles legalmente investidos em cargo público de provimento efetivo ou de provimento em comissão.

13) Sobre as normas positivadas no Estatuto dos Servidores do Município de Rio Bonito/RJ referentes a “Concurso Público”, marque a opção CORRETA.

(A) A aprovação em concurso cria direito à nomeação, que será feita em ordem rigorosa de classificação dos candidatos, durante a validade do concurso.

(B) Não poderá ser aberto novo concurso público com concurso anterior com prazo de validade ainda não expirado.

(C) O candidato aprovado que não assumir no prazo legal poderá, através de declaração expressa, renunciar a sua colocação e passar a ocupar o final da fila, conforme previsão editalícia.

(D) O concurso deverá ser realizado em única etapa, conforme disposto no edital, em conformidade com a Lei e respectivos planos de cargos e carreiras, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado no edital, ressalvadas as hipóteses de isenção expressamente previstas.

14) A competência para “autorizar a alienação de bens imóveis do município” é, nos termos da Lei Orgânica do Município de Rio Bonito/RJ:

(A) competência exclusiva do Executivo Municipal

(B) competência exclusiva da Câmara Municipal

(C) competência comum do Executivo e Legislativo Municipal

(D) competência delegada do Executivo Municipal às Autarquias

15) Nos termos da Lei Orgânica do Município de Rio Bonito/RJ, o processo legislativo municipal compreende a elaboração, EXCETO, de:

(A) resoluções

(B) emendas à Lei Orgânica

(C) decretos legislativos

(D) portaria

16) Sob o prisma do Estatuto dos Servidores do Município de Rio Bonito/RJ, “a reinvestidura do servidor estável concursado no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens e reconhecimento dos direitos inerentes ao cargo, nos termos da decisão que originou o ato” é denominada de:

(A) recondução

(B) reversão

(C) readaptação

(D) reintegração

17) Está positivado no Estatuto dos Servidores do Município de Rio Bonito/RJ: “O servidor que exercer outro cargo público no Município não acumulável com o novo cargo ficará afastado com perda da remuneração, ressalvado o auxílio-família e o adicional por tempo de serviço.”. Considerando esse afastamento, marque a opção CORRETA.

(A) O mencionado período do afastamento será de até 6 (seis) meses, após o qual o servidor deverá optar por um dos dois cargos, sendo considerada opção tácita pelo novo cargo, havendo ausência de manifestação do servidor.

(B) O mencionado período do afastamento será de até 1 (um) ano, após o qual o servidor deverá optar por um dos dois cargos, sendo considerada opção tácita pelo novo cargo, havendo ausência de manifestação do servidor.

(C) O mencionado período do afastamento será de até 6 (seis) meses, após o qual o servidor deverá optar por um dos dois cargos, sendo considerada opção tácita pelo cargo anterior, havendo ausência de manifestação do servidor.

(D) O mencionado período do afastamento será de até 1 (um) ano, após o qual o servidor deverá optar por um dos dois cargos, sendo considerada opção tácita pelo cargo anterior, havendo ausência de manifestação do servidor.

18) Marque a opção CORRETA concernente aos requisitos estabelecidos na Lei Orgânica do Município de Rio Bonito/RJ, quando da escolha e nomeação dos Secretários Municipais.

(A) Os Secretários Municipais serão escolhidos entre brasileiros maiores de dezoito anos, eleitores domiciliados e residentes no Município e no exercício de seus direitos políticos.

(B) Os Secretários Municipais serão escolhidos entre brasileiros maiores de vinte e um anos, eleitores domiciliados e residentes no Município e no exercício de seus direitos políticos.

(C) Os Secretários Municipais serão escolhidos entre brasileiros maiores de trinta anos, eleitores domiciliados no Município e no exercício de seus direitos políticos.

(D) Os Secretários Municipais serão escolhidos entre brasileiros maiores de trinta e cinco anos, eleitores domiciliados no Município e no exercício de seus direitos políticos.

19) Sobre as disposições aplicáveis ao servidor público, em exercício do mandato eletivo, nos termos Lei Orgânica do Município de Rio Bonito/RJ, analise as assertivas a seguir e assinale (V) para Verdadeiro e (F) para Falso.

() Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, ficará afastado do seu cargo, emprego ou função.

() Investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração.

() Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

() Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

- (A) V – V – V – V
(B) V – F – V – F
(C) F – F – V – F
(D) F – V – F – V

20) Acerca do uso de bens municipais por terceiros, uma das hipóteses desse uso é denominada de “autorização”. Sobre esse instituto, nos termos da Lei Orgânica do Município de Rio Bonito/RJ, analise as seguintes assertivas:

I - A autorização poderá incidir sobre qualquer bem público.

II - A autorização será feita por portaria.

III - A autorização é destinada para atividades ou uso específicos e transitórios.

IV - A autorização possuirá prazo indeterminado.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) I e II, apenas.
(B) II, III e IV, apenas.
(C) I, II e III, apenas.
(D) IV, apenas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), instituída no Brasil, visa promover a gestão responsável das finanças públicas. Nesse sentido, qual dos seguintes objetivos é considerado o principal foco dessa legislação?

- (A) Promover um aumento sistemático na carga tributária.
(B) Cortar de forma drástica os gastos com infraestrutura e serviços públicos.
(C) Assegurar o equilíbrio entre receitas e despesas no orçamento público.
(D) Facilitar a expansão dos programas governamentais independentemente dos custos.

22) Dentro do escopo da Lei de Responsabilidade Fiscal, a gestão da dívida pública é estritamente regulada para evitar excessos que possam comprometer a saúde financeira do país. Nesse contexto, é CORRETO afirmar que, das seguintes práticas, está em conformidade com as diretrizes estabelecidas por essa lei para a administração da dívida pública:

- (A) A completa eliminação da dívida pública, proibindo novos empréstimos.
(B) A expansão sem limites do endividamento público para financiar novos investimentos.
(C) A concessão de empréstimos intergovernamentais sem incidência de juros.
(D) A autorização para a contratação de operações de crédito, limitada pela receita corrente líquida.

23) A renúncia de receita é um tema delicado na gestão fiscal responsável, sendo abordado com rigor pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse contexto, é CORRETO afirmar que, ao planejar uma redução na arrecadação, é requisito indispensável para manter o alinhamento com os princípios de responsabilidade fiscal:

- (A) A elaboração de uma estimativa precisa do impacto orçamentário-financeiro no período atual e nos dois subsequentes.
(B) Um incremento proporcional nas despesas correntes para compensar a perda de receita.
(C) A diminuição das atividades de fiscalização tributária como medida compensatória.
(D) A interrupção de todos os investimentos em infraestrutura até que se restabeleça o equilíbrio fiscal.

24) Conforme estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, os governos municipais, estaduais e federal devem realizar uma prática específica ao término de cada quadrimestre. Nesse contexto, é CORRETO afirmar que, das seguintes ações, reflete essa obrigação:

- (A) A apresentação de novas propostas legislativas visando ao aumento da despesa pública.
(B) A condução de auditorias internas abrangentes em todas as repartições públicas para identificar possíveis economias.
(C) A realização de uma avaliação detalhada para verificar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas.
(D) O reajuste automático dos vencimentos dos servidores públicos, independentemente da situação fiscal atual.

25) O conceito de endividamento público é central para a gestão fiscal responsável de um país. Nesse contexto, qual é a principal razão para que existam limites legais para o endividamento público?

- (A) Incentivar o investimento estrangeiro.
(B) Promover o aumento da taxa de juros.
(C) Prevenir riscos à estabilidade financeira.
(D) Reduzir a eficiência do governo.

26) A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no Brasil estabelece critérios específicos para o endividamento público. Nesse tema, é CORRETO afirmar ser órgão responsável por monitorar e assegurar que esses limites não sejam ultrapassados:

- (A) Banco Central do Brasil
- (B) Banco central
- (C) Ministério da Economia
- (D) Tribunal de Contas da União

27) Em relação ao endividamento público, o que acontece quando um ente da Federação ultrapassa os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal?

- (A) Recebe incentivos fiscais para ajuste.
- (B) É obrigado a reduzir imediatamente o endividamento.
- (C) Pode aumentar livremente seus gastos públicos.
- (D) Tem um prazo para retornar aos limites, sob pena de restrições.

28) Em que pese às normas tributárias no Brasil, qual é a competência atribuída pela Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere ao endividamento público dos municípios?

- (A) Os municípios são livres para se endividarem sem limites.
- (B) Os municípios devem ter seu endividamento autorizado pelo Senado Federal.
- (C) O endividamento municipal está limitado à capacidade de arrecadação do próprio município.
- (D) Todos os empréstimos municipais precisam ser garantidos pelo governo federal.

29) A sustentabilidade da dívida pública é um conceito-chave para a saúde econômica de um país. Nesse tema, quais medidas são recomendadas quando o nível de endividamento público se aproxima dos limites de segurança?

- (A) Aceleração da emissão de nova dívida.
- (B) Implementação de políticas de austeridade para reduzir déficits.
- (C) Expansão dos gastos governamentais para estimular a economia.
- (D) Suspensão temporária do pagamento da dívida pública.

30) Em um cenário globalizado, os países frequentemente recorrem a empréstimos externos como estratégia para impulsionar o desenvolvimento econômico e social. Esses recursos financeiros podem ser destinados a uma variedade de projetos, desde infraestrutura até programas de educação. Considerando os objetivos mais comuns dessas ações, é CORRETO afirmar ser a principal finalidade que motiva um país a buscar empréstimos no exterior:

- (A) Reduzir as reservas internacionais como forma de ajuste fiscal.
- (B) Obter financiamento para projetos de desenvolvimento e crescimento econômico.
- (C) Induzir um aumento rápido na taxa de inflação através de influxo de capital estrangeiro.
- (D) Diminuir o volume total de comércio exterior ao aumentar a dependência de fundos externos.

31) Ao negociar empréstimos externos, os países se deparam com uma série de condições impostas pelos credores, que podem variar desde taxas de juros até exigências de reformas políticas e econômicas. Essas condições são estabelecidas para assegurar o retorno do investimento, mas também podem influenciar as políticas internas do país devedor. Assim, qual das opções abaixo representa uma condição frequentemente associada a esses empréstimos?

- (A) Oferecimento de taxas de juros fixas significativamente abaixo das praticadas no mercado internacional.
- (B) Concessão de empréstimos sem a cobrança de qualquer tipo de juros, como incentivo ao desenvolvimento.
- (C) Exigência de concessões políticas específicas como parte do acordo de empréstimo.
- (D) Imposição de requisitos para a realização de reformas estruturais na economia do país devedor.

32) Instituições financeiras internacionais desempenham um papel crucial no sistema econômico global, oferecendo suporte financeiro a países que enfrentam desafios econômicos ou buscam recursos para projetos de desenvolvimento. Nesse sentido, é CORRETO afirmar que, entre as várias instituições disponíveis, é reconhecida por sua atuação em fornecer empréstimos e assistência financeira para estabilização econômica e projetos estruturais em países membros:

- (A) A Organização Mundial do Comércio (OMC), focada na regulação do comércio internacional.
- (B) O Fundo Monetário Internacional (FMI), especializado em assistência financeira e fiscal.
- (C) A Organização Internacional do Trabalho (OIT), focada na promoção de direitos trabalhistas, emprego digno e diálogo social entre trabalhadores, empregadores e governos.
- (D) A Organização das Nações Unidas (ONU), com seu amplo mandato em questões globais.

33) A gestão de dívidas externas é um aspecto crítico para a sustentabilidade financeira de um país. Estratégias prudentes são essenciais para evitar crises de endividamento que podem comprometer o desenvolvimento econômico e social. Dentro desse contexto, qual das seguintes práticas é considerada inadequada e potencialmente perigosa na administração da dívida externa de um país?

- (A) A diversificação das fontes de financiamento para evitar dependência de um único credor.
- (B) A prática de contrair novos empréstimos apenas para pagar os juros de dívidas existentes.
- (C) A realização de uma análise detalhada da capacidade de pagamento antes de assumir novas dívidas.
- (D) A negociação de condições de empréstimo, como taxas de juros e prazos de pagamento, para termos mais favoráveis.

34) A fiscalização contábil é uma prática essencial para garantir a transparência e a adequada gestão dos recursos de uma entidade. Nesse sentido, é CORRETO afirmar que é o principal objetivo dessa fiscalização nas organizações públicas:

- (A) maximizar os lucros
- (B) assegurar a precisão das informações contábeis
- (C) reduzir os custos operacionais
- (D) aumentar o capital de giro

35) A fiscalização financeira em entidades governamentais tem como uma de suas principais funções monitorar a utilização dos recursos públicos. Nesse contexto, é CORRETO afirmar ser instrumento primordialmente utilizado para realizar essa fiscalização:

- (A) relatórios de sustentabilidade
- (B) balanços patrimoniais trimestrais
- (C) relatórios internos
- (D) demonstrações de execução orçamentária

36) No âmbito da fiscalização orçamentária, é CORRETO afirmar ser a principal finalidade de se monitorar a execução do orçamento público:

- (A) Verificar a conformidade entre os gastos realizados e os valores previstos no orçamento.
- (B) Estimular o aumento da carga tributária.
- (C) Facilitar a alocação de investimentos privados.
- (D) Promover a redução indiscriminada de despesas.

37) A fiscalização patrimonial é vital para a administração pública, assegurando o bom uso e a conservação dos bens públicos. Nesse sentido, qual ação é fundamental nesse processo de fiscalização?

- (A) a depreciação acelerada dos ativos
- (B) a venda de ativos sem utilização
- (C) o inventário regular dos bens
- (D) a reavaliação constante dos passivos

38) Em relação à fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial no setor público, qual é a importância da transparência e do acesso público às informações?

- (A) Limitar o escopo de auditorias internas.
- (B) Garantir a confiança da população na gestão dos recursos públicos.
- (C) Reduzir a necessidade de compliance e governança.
- (D) Aumentar a complexidade administrativa.

39) A elaboração e execução do orçamento público são regidas por princípios e leis específicas para assegurar uma gestão eficiente e transparente dos recursos. No Brasil, a Lei Orçamentária Anual (LOA) desempenha um papel crucial nesse processo. Assim, é CORRETO afirmar ser a principal finalidade da LOA dentro do contexto da administração pública:

- (A) Estabelecer limites máximos para a contratação de empréstimos e financiamentos.
- (B) Avaliar os objetivos e metas financeiras do governo anterior.
- (C) Detalhar a distribuição dos recursos públicos entre os diversos setores, conforme as prioridades governamentais.
- (D) Regular a aplicação de penalidades para infrações fiscais cometidas por entidades públicas e privadas.

40) A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é uma legislação complementar que estabeleceu novos padrões de conduta para as finanças públicas no Brasil, visando a maior eficiência e transparência. Nesse tema, qual o principal objetivo da LRF ao impor limites de despesas para os entes federativos?

- (A) Incentivar o aumento da carga tributária para ampliar a arrecadação.
- (B) Promover a sustentabilidade fiscal, limitando o endividamento e as despesas públicas.
- (C) Diminuir as transferências constitucionais para estados e municípios.
- (D) Expandir as despesas com publicidade e propaganda governamental.

41) A transparência na gestão fiscal é um dos pilares fundamentais da Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim, que mecanismo foi introduzido por essa lei para assegurar a transparência e permitir o controle social das contas públicas?

- (A) A obrigatoriedade de publicação semestral dos relatórios de gestão fiscal por todos os entes da Federação.
- (B) A criação de um portal da transparência para divulgação exclusiva de gastos com viagens de servidores.
- (C) A implementação de audiências públicas trimestrais para discussão do orçamento.
- (D) A exigência de relatórios mensais de receitas e despesas disponíveis apenas para órgãos de controle interno.

42) Dentro das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, está a regra de ouro, que proíbe os entes federativos de realizarem operações de crédito que superem as despesas de capital. Nesse sentido, é CORRETO afirmar ser o principal propósito dessa regra:

- (A) Financiar despesas correntes, como salários e custeio da máquina pública.
- (B) Promover a utilização de recursos públicos exclusivamente para subsídios e benefícios fiscais a empresas privadas.
- (C) Evitar a realização de investimentos em infraestrutura e desenvolvimento social.
- (D) Garantir que o endividamento público seja direcionado para investimentos que promovam o desenvolvimento.

43) A Lei de Orçamento Anual (LOA) é um dos instrumentos de planejamento econômico que orienta a execução das políticas públicas financiadas pelo orçamento. Nesse contexto, qual característica define a LOA em relação à sua abrangência temporal e execução?

- (A) Validade indeterminada, permitindo sua revisão a qualquer momento.
- (B) Planejamento decenal, abrangendo uma visão de longo prazo das finanças públicas.
- (C) Abrangência anual, com execução e validade limitadas ao exercício fiscal correspondente.
- (D) Flexibilidade para transferências de recursos entre exercícios fiscais sem restrições.

44) Os sistemas de controle interno e externo são essenciais para a boa governança e a fiscalização efetiva da administração pública. Assim, é CORRETO afirmar ser a principal diferença entre o controle interno e o controle externo na gestão pública:

- (A) O controle interno foca apenas em aspectos financeiros, enquanto o controle externo abrange também a avaliação de políticas públicas.
- (B) O controle interno é exercido pelas próprias entidades ou órgãos públicos como parte de suas funções administrativas, enquanto o controle externo é realizado por instituições independentes, como Tribunais de Contas.
- (C) O controle externo é responsabilidade exclusiva do Poder Executivo, enquanto o controle interno é realizado pelo Poder Legislativo.
- (D) O controle interno é realizado por organizações não governamentais, e o controle externo é feito por agências governamentais internacionais.

45) O controle interno, como definido em diversas legislações, tem por objetivo assegurar a eficácia das operações e a fidelidade das informações financeiras. Nesse sentido, quais são as principais atividades realizadas pelo controle interno nas organizações públicas?

- (A) Auditorias externas e concessão de empréstimos.
- (B) Definição de políticas públicas e formulação de leis orçamentárias.
- (C) Negociação de tratados internacionais e representação diplomática.
- (D) Supervisão da execução orçamentária, avaliação da gestão de riscos e verificação da legalidade dos atos administrativos.

46) O Tribunal de Contas é uma das principais instituições responsáveis pelo controle externo no Brasil, atuando na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Em relação às suas competências, qual das seguintes atividades NÃO é típica do Tribunal de Contas?

- (A) Aprovar previamente a realização de concursos públicos.
- (B) Julgar as contas dos administradores públicos.
- (C) Fiscalizar a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- (D) Avaliar a legalidade dos atos de admissão de pessoal.

47) Em muitos países, o sistema de controle interno é visto como um mecanismo de autoavaliação para melhorar a eficiência, eficácia e transparência da gestão pública. Nesse sentido, qual princípio NÃO está diretamente relacionado à implementação efetiva de um sistema de controle interno?

- (A) Autonomia absoluta de todas as unidades de controle interno, sem necessidade de coordenação central.
- (B) Integração das atividades de controle com o processo de planejamento e execução orçamentária.
- (C) Promoção da transparência e do acesso à informação.
- (D) Fortalecimento da responsabilização e da prestação de contas.

48) Os Tribunais de Contas têm a função de auxiliar o Legislativo na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades governamentais. Assim, é CORRETO afirmar ser a principal atribuição dos Tribunais de Contas no contexto da administração pública:

- (A) Aprovar políticas públicas propostas pelo Executivo.
- (B) Realizar auditorias e emitir pareceres sobre as contas anuais do governo.
- (C) Nomear os membros do poder judiciário.
- (D) Administrar diretamente os recursos financeiros do governo.

49) A educação e a capacitação continuada dos membros e técnicos são fundamentais para o aprimoramento das atividades de fiscalização realizadas pelos Tribunais e Conselhos de Contas. Assim, qual é o impacto esperado da formação contínua para a eficácia desses órgãos na promoção da governança pública?

- (A) Diminuição da necessidade de auditorias externas devido ao aumento da autoavaliação.
- (B) Centralização das decisões de fiscalização, reduzindo a participação de órgãos externos.
- (C) Redução da colaboração interinstitucional entre diferentes entidades de fiscalização.
- (D) Aumento na transparência e na qualidade das auditorias, contribuindo para a eficiência e eficácia da gestão dos recursos públicos.

50) A independência é um princípio fundamental para o funcionamento efetivo dos Tribunais de Contas. Assim, que mecanismo contribui para garantir a independência desses órgãos na fiscalização das contas públicas?

- (A) A nomeação de seus membros exclusivamente pelo Poder Executivo.
- (B) A vinculação administrativa e financeira ao Poder Judiciário.
- (C) O processo de indicação e aprovação de seus membros por diferentes instâncias do governo.
- (D) A subordinação direta ao Ministério da Fazenda.



CADERNO DE PROVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

1 - Você recebeu do fiscal o material descrito abaixo:

a) Cartão destinado às respostas das questões formuladas na prova;

- Ao receber o Cartão de Respostas, é obrigação do candidato **conferi-lo e assiná-lo**.
- O Cartão de Respostas não poderá ser rasurado, amassado, manchado ou ser feito uso de lápis, borracha ou corretivo e, em nenhuma hipótese, será substituído e terá que ser obrigatoriamente assinado, pelo candidato no local determinado, sob pena de não ser válido para leitura e atribuição de nota.

b) Caderno de prova contendo **50 questões**, cada um apresentando 4 (quatro) opções A, B, C e D sem repetição ou falha que impeça a resolução da questão, tendo no título o nome do cargo ao qual você concorre.

- Confira no material recebido: a sequência da numeração das questões, a paginação (inclusive página em branco) e se o cargo escolhido está correto. Se houver alguma irregularidade, comunique ao fiscal imediatamente. Caso o fiscal não seja avisado, a responsabilidade é do candidato.

2 - A duração das provas será de 4 (quatro) horas.

3 - A maneira correta de marcar o Cartão de Respostas é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta (tinta fixa), fabricada de material transparente, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.

4 - Formas diferentes de marcação farão com que o Cartão de Respostas seja rejeitado pelo processo de correção eletrônica.

5 - Não serão registradas as questões em que houver: falta de nitidez na marcação e marcação de mais de uma opção.

ATENÇÃO: Cartão de Respostas sem assinatura não tem validade.

6 - O candidato só poderá sair levando o Caderno de prova quando faltar 1 (uma) hora para o término da prova. O candidato que se retirar antes de cumprido esse prazo estará abrindo mão voluntariamente do direito de posse de seu Caderno de prova.

7 - O candidato que se retirar antes do prazo mínimo que lhe permita levar seu Caderno de prova, poderá apenas copiar sua marcação de respostas em seu Cartão de Convocação da Prova (CCP). Não será admitido qualquer outro meio para anotação deste fim.

8 - Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer juntos na sala, sendo somente liberados quando o último deles tiver concluído a prova.

9 - Quando terminar, entregue ao fiscal o **Cartão de Respostas assinado, em seguida **assine** a lista de presença.**

INFORMAÇÕES

- **Tel.:** (22) 3056-7910 das 09h às 12h / 14h às 17h
- **Internet:** www.institutoreferencia.org.br
- **E-mail:** contato@institutoreferencia.org.br

